



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO NA PERIFERIA DA AMAZÔNIA LEGAL – TOCANTINS

**Juliana Aguiar de Melo** (Universidade Federal do Rio de Janeiro) - [aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)  
*Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT) e Graduada em Ciências Econômicas (UFV - MG). Professora do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins. Atua em projetos de dese*

**Nilton Marques de Oliveira** (Universidade Federal do Tocantins) - [niltonmarques@mail.uft.edu.br](mailto:niltonmarques@mail.uft.edu.br)  
*Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo - PR. Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, Economista pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Professo*

**aguiarmelo@uft.edu.br** ([aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)) - [aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)  
[aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)

**aguiarmelo@uft.edu.br** ([aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)) - [aguiarmelo@uft.edu.br](mailto:aguiarmelo@uft.edu.br)

## **Transferência De Renda: Uma Proposta De Inclusão Na Periferia Da Amazônia Legal – Tocantins**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise exploratória dos dados do Programa Bolsa Família no Tocantins, tendo como referencial teórico o debate sobre desigualdade e políticas públicas. Os principais indicadores utilizados foram os repasses por famílias beneficiadas e o Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados indicam haver uma fase de expansão e outra de contração do PBF no estado. Além disso, Jalapão e Bico do Papagaio, microrregiões historicamente mais vulneráveis, destacam-se com maior volume de repasses e beneficiários por habitante ao longo de 10 anos, enquanto as microrregiões de Porto Nacional e Gurupi, centros dinâmicos, se destacam pela redução de repasses e beneficiários por habitantes. Foi observado que a distribuição do programa nas microrregiões não se apresentou de forma homogênea, nem no tempo e nem no espaço, e que o programa, embora tenha grande potencial de redução da pobreza e desigualdade, carece de programas complementares para a permanência dos seus resultados.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Desenvolvimento Regional, Transferência Condicionada de Renda.

### **INTRODUÇÃO**

O Estado é um ente que atua em diversas áreas, fomentando e implementando políticas públicas para mitigar os problemas socioeconômicos. O Brasil é um país com profundas desigualdades sociais como resultado da dinâmica de acumulação de capital. A localização das atividades produtivas, a população, os serviços e as infraestruturas apontam uma heterogeneidade que tem raízes históricas, em conformidade à lógica de ocupação territorial consolidada por planos desenvolvimentistas em diferentes períodos. Nessa perspectiva, o estado do Tocantins – Brasil, fundado em 1988, mais novo ente federativo, é produto da acumulação e expansão capitalista. Localizado na Amazônia Legal, com uma população estimada de 1,6 milhões de pessoas em 2019, o estado apresenta uma composição com 80% da população na zona urbana e 20% na zona rural e baixa densidade demográfica, de 4,98% (IBGE, 2019).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) agregado do Tocantins em 2017 foi 0,743 — considerado alto. Contudo, a decomposição do IDHM mostra que a melhora desse indicador se deve às dimensões de educação e longevidade, visto que a dimensão de renda teve leve piora decorrente de quedas na renda per capita (FERREIRA DE SOUZA, 2019). Nesse sentido, é possível que a melhora nos indicadores esteja associada a políticas públicas de universalização da educação básica e ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2010, a esperança de vida ao nascer no estado era de 73 anos e vinte a cada mil crianças nascidas não sobreviviam ao primeiro ano de vida. Com 45% da população vulnerável à pobreza, 18% das famílias do Tocantins tinham como chefe de família mães sem ensino fundamental completo (PNUD, 2013).

Nesse contexto de vulnerabilidade social no estado do Tocantins, o Estado, por meio de políticas públicas, tenta mitigar a exclusão socioeconômica via Programa Bolsa Família (PBF), que se consolidou como principal mecanismo de transferência de renda em todo o Brasil: são cerca de 50 milhões de pobres na base da pirâmide e o programa é conhecido internacionalmente. O programa consiste em um mecanismo de transferência condicionada de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Graças à grande cobertura e à boa focalização nos mais pobres, o PBF tem contribuído para a redução da pobreza, em particular da pobreza extrema. Além disso, essas transferências também foram um fator importante para a queda da desigualdade (FERREIRA DE SOUZA, 2019). Além disso, o PBF, conforme Theis e Galvão (2012) se enquadra em políticas em que o espaço representa um elemento de referência para ampliar a efetividade na promoção do desenvolvimento, na redução das desigualdades e equiparar as condições de cidadania.

Com a desigualdade crescendo atualmente não apenas no Tocantins, mas em todo o mundo, o objetivo deste artigo é compreender como as políticas inclusivas podem funcionar tanto para a sociedade quanto para a economia, via transferências de renda do Programa Bolsa Família. O campo de estudo concentra-se nas microrregiões do estado do Tocantins entre 2007 e 2017.

O aporte teórico desta pesquisa centrará no debate sobre o papel do Estado na redução da desigualdade para compreender como o principal mecanismo de transferência condicional de renda nacional se distribui e pode ter grande utilidade para direcionar o desenvolvimento, bem como o processo de tomada de decisões a nível regional, influenciando diretamente no desenvolvimento socioeconômico do Tocantins. Isto posto, este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte é apresentada uma discussão sobre Estado, desigualdade e política de transferência de renda, na terceira a metodologia, na sequência a discussão dos resultados da pesquisa e, por fim, mas não menos importante, as considerações finais.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE DESIGUALDADE**

### **O DEBATE SOBRE DESIGUALDADE DE RENDA E A ATUAÇÃO ESTATAL**

Ao refletir sobre as políticas de transferência de renda é preciso incluir o debate sobre desigualdade e o papel do Estado. A literatura econômica trata a desigualdade de renda e de riqueza por duas vertentes, uma que considera que a desigualdade mantém relação positiva com crescimento econômico e a outra em que o aumento da desigualdade implicaria em menor crescimento econômico. Sem adentrar nos extensos aspectos teóricos e empíricos dessas duas vertentes, amplamente debatidas pelas literaturas internacional e nacional, é preciso chamar a atenção para um único ponto dessas teorias: o papel do Estado na redução da desigualdade.

A primeira vertente é aquela que considera que as políticas conduzidas pelo Estado terão como resultado econômico a produção de ineficiências e sugere que é preciso “excluir o Estado” do processo e deixar o mercado agir, ainda que, inicialmente, possam existir níveis elevados de desigualdade. A lógica do sistema – pensada a partir do Norte desenvolvido – é que o processo de industrialização ajustará as rendas e, portanto, a longo prazo ocorrerá um

processo de convergência de renda conforme pesquisas de Robert J. Barro (1999), Alberto Alesina e Dani Rodrik (1991), dentre outros. A segunda vertente, na qual este artigo se alinha teoricamente, considera que a desigualdade implica em menor crescimento econômico e em piora da qualidade de vida da sociedade. Nesse sentido, é preciso uma atuação do Estado na condução de processos para promover uma redistribuição da renda e riqueza, tão concentrada no caso brasileiro. Os autores que exploram essa vertente são Tosten Person e Guido Tabellini (1994), Stanley L. Engerman e Kenneth L. Sokoloff (2002), Piketty (2014), dentre outros. Nessa perspectiva, o Programa Bolsa Família é compreendido como um dos instrumentos que, sob atuação do Estado, conduz uma transferência condicional da renda que pode estimular a dinâmica econômica, contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade.

Os trabalhos clássicos do século XVIII de Adam Smith, David Ricardo e Marx tratam das questões relacionadas à distribuição da renda, Kaldor (1955), Kuznets (1955), Milanovic (2016), Deaton (2018) e, recentemente, Piketty (2014) discutem em suas obras as relações entre desigualdade e crescimento, além de destacar o papel da Revolução Industrial, das guerras e das crises em suas oscilações. A partir disso, supõem que o mesmo Estado, que atua para minimizar as desigualdades quando essas mostram-se crescentes, é o mesmo Estado que atua para ampliá-la naqueles momentos em que a economia começa a apresentar sinais de arrefecimento e, então, a manutenção dos lucros e do retorno sobre o capital se impõe e o Estado se vê obrigado a reduzir os gastos e a tributação. Nesses momentos, a desigualdade tende a aumentar novamente de forma “quase cíclica” ou, mais especificamente, como nominado por Milanovic, em forma de ondas, as ondas de Kuznets.

O fato é que o Estado possui centralidade quando o tema é redistribuição da renda e, neste sentido, as políticas de transferência e as políticas tributárias ganham uma enorme relevância. O fenômeno da desigualdade tem implicações na vida das pessoas, nas relações de troca entre países e no desenvolvimento nacional, regional e intrarregional. Do ponto de vista teórico, a Teoria de Kuznets é precursora e previa um aumento da desigualdade nos momentos iniciais do desenvolvimento, com uma posterior redução nas fases mais avançadas, até a década de 1970-1980, o chamado “U” invertido de Kuznets, que parecia uma explicação plausível, pelo menos ao observar países da América do Norte e Europa Ocidental. Esses países apresentaram uma redução na desigualdade de renda a partir da Segunda Guerra Mundial, o que coaduna com a Teoria de Kuznets para explicar (com limitações) o comportamento da desigualdade. No entanto, a partir da década de 1980, a desigualdade começa a aumentar tanto entre países como dentro deles e, a partir de então, essa teoria torna-se insuficiente para explicar esse aumento. Ainda assim, nas décadas seguintes, o debate se mantém em torno dessa teoria, com escasso desenvolvimento teórico capaz de explicar o “retorno da desigualdade nos países desenvolvidos” e pela importância secundária dada ao tema pela ciência econômica, que foca mais nos aspectos microeconômicos e na funcionalidade racional dos mercados deixando o agente Estado em segundo plano e não se atenta a sua função enquanto redistribuidor de renda por vias fiscais, como gastos e tributos.

Além disso, a distribuição da renda e da riqueza é tema da Economia Política e como bem tratou Piketty (2014, p.11) “mesmo uma análise qualificada

jamais acabará com os violentos conflitos políticos incitados pela desigualdade”. O que se procura expressar é que as políticas para redução da desigualdade são, em grande medida, conciliadoras de conflitos e que tendem a “amansar” os diferentes grupos de interesse conforme imposição da conjuntura socioeconômica. Tal fato está de acordo com as análises de aumento e redução da desigualdade por trás da Teoria de Kuznets e também se relaciona com Piketty e Milanovic.

Outro aspecto que retira a desigualdade de um campo exclusivamente econômico e o coloca no campo da ciência política refere-se à influência do eleitorado nas decisões de política econômica. Esse fato, talvez, explique em parte o comportamento do eleitorado nas últimas eleições no Brasil, a teoria do eleitor mediano, uma vez que afirma que a democracia é a condição suficiente para a redução das desigualdades (ARRETCHE, 2018). Isso ocorre a partir da hipótese de Alesina e Rodrik (1994) que supõem que a política fiscal de um governo é redistributiva e que as preferências em relação ao valor das alíquotas tributárias decrescem com a renda. Então, quando a desigualdade é elevada, o eleitor mediano passa a votar em candidatos favoráveis às políticas redistributivas. Dessa forma, para alguns autores o grande dispêndio de recursos para as políticas redistributivas pode gerar algum nível de ineficiência e gerar problemas econômicos impactando no crescimento econômico (ALESINA, 1996; RODRIK, 1997).

Assim, atribui-se ao Estado o papel desestabilizador, o responsável pela ineficiência do sistema e, portanto, o grande vilão que só gerará efeitos negativos sobre a economia. Para Keynes (1936) e Kalecki (1937) o processo de distribuição de renda tem como elemento essencial o princípio da demanda efetiva e o gasto público tem implicações sobre a renda, favorecendo o crescimento da economia. Dessa forma, é a demanda efetiva que determina a renda e não o nível de produto, como suposto pelos neoclássicos. Neste cenário, o papel do gasto público, realizado de forma eficiente, pode trazer efeitos favoráveis para todo o sistema econômico.

Então, será através de políticas redistributivas, conduzidas pelo Estado, que a alocação da arrecadação de impostos poderá ser redistribuída para a sociedade e esse é contexto dos programas de transferência de renda, ou programas de renda mínima, que, se bem estruturados, podem gerar efeito positivo sobre a renda, consumo e produção e beneficiar toda a sociedade.

Esse é contexto teórico que traz ao Estado o importante papel de equilibrar as forças econômicas, torná-las mais equitativas e garantir uma sociedade mais justa, humana e sustentável e não o contrário. Não cabe apenas o papel de regulador que cria espaço (ambiente de negócio favorável) para implantação de um neoliberalismo que olha de cima para baixo, com olhar agregado e incapaz de alcançar as menores escalas. O Estado é o grande equilibrador e não o mercado. Sem ele, as vulnerabilidades se multiplicam e só com ele é possível revertê-las, com redução da pobreza e da desigualdade, e o PBF contribui nesse sentido.

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS SOBRE A DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Se a partir dos anos 1980 o panorama nos países desenvolvidos é de desigualdade crescente, nos países emergentes, por volta dos anos 2000, passa a chamar a atenção a redução da desigualdade. Esse período coincide, no caso brasileiro, com a ascensão de um governo de esquerda com uma proposta de criação de um conjunto de programas sociais, dentre eles o Programa Bolsa Família, que tornou-se o maior programa de transferência de renda do mundo, capaz de retirar milhares de pessoas da extrema pobreza.

Este contexto não é exclusivo do Brasil, países como México, Chile e Uruguai (SOARES *et al.*, 2010) ampliaram suas políticas sociais como um movimento amplo na América do Sul. No Brasil, autores divergem quanto ao comportamento da desigualdade no período de 2000 a 2020, o que se explica pela diversidade de métodos, variáveis e fontes de dados. Sobre isso, Arretche (2018) argumenta, com base nas pesquisas de Barros *et al* (2006), Neri e Herculano (2012), Silveira *et al* (2013), Medeiros (2015) e Souza e Castro (2015), que a desigualdade de renda é estável quando se inclui a renda proveniente de ativos financeiros e da propriedade no conceito de renda total e se empregar os registros tributários como fonte de informação. A desigualdade de renda caiu quando se observa apenas dados dos *surveys* domiciliares. A depender dessas escolhas, as inferências podem apontar em direções opostas. Além disso, outros fatores podem contribuir para diferentes trajetórias da desigualdade, como questões demográficas, políticas públicas e, ainda, as relações de mercado. Se o desenvolvimento é, por si só, um tema complexo, a desigualdade também é, de modo que um país ou uma região desenvolvida certamente não terá elevados indicadores de desigualdade.

Neste estudo a atenção não estará voltada para as pesquisas sobre desigualdade, mas aos impactos do PBF, que representa a mais progressiva transferência de renda feita pelo Governo Federal, de acordo com o IPEA (2010) e Ferreira de Souza (2019). O Programa tem obtido destaque internacional por seu impacto com 70% de seus recursos alcançando os 20% mais pobres. De acordo com o Ferreira de Souza (2019), as transferências do Programa foram responsáveis por uma redução da pobreza de 15% e de 25% da extrema pobreza. Além disso, o programa implicou em uma redução de 10% do Coeficiente de Gini entre 2001 e 2015

## **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Os programas de transferência de renda no Brasil têm origem após a redemocratização e ocorre em diferentes escalas antes de ser adotado pelo Governo Federal. Em 2001 são criados quatro programas com a finalidade de transferir renda para a população que vive em situação de pobreza e extrema pobreza, cada um vinculado a um Ministério diferente e sujeito a regras e sistemas de controle distintos, são eles: Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Em 2003 é criado o Programa Bolsa Família (PBF), unificando a gestão no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atualmente Ministério da Cidadania, e a consolidação do Cadastro Único, sistema com registro de dados sobre a população de baixa renda no Brasil.

É importante destacar o caráter descentralizador do Programa, já que sua operacionalização se dá por uma dinâmica de interação entre Governo Federal e municípios. Lindert *et al* (2007) afirma que o PBF é o maior programa de transferência condicional de renda do mundo em desenvolvimento e tem atraído a atenção de muitos pesquisadores. Para o autor, o PBF ajuda a reduzir a pobreza e a desigualdade e suas condicionalidades (educação e saúde) permitem a interrupção intergeracional da pobreza. Atentando-se apenas a

essas características é possível constatar que o Brasil tem um importante meio de obter uma melhoria nos indicadores socioeconômicos do país. Guimarães e Jannuzzi (2005) apontam que o uso de indicadores sintéticos, embora não se possa negar seus efeitos positivos, pode conduzir a problemas de focalização em razão de sua interpretação simplista. Neste sentido, as condicionalidades do PBF são ponto positivo para a focalização do programa nos mais pobres.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e figurou em 2020 como a 10ª economia mundial, conforme indicado pelo Fundo Monetário Internacional. No entanto, nesse mesmo ano, estava entre os dez países mais desiguais, de acordo com dados do Banco Mundial, e o 2º país que mais concentra renda no 1% mais rico, estando atrás somente do Catar. Assim, em um país tão desigual, um programa como o PBF tem um papel relevante por sua capacidade de gerar efeitos positivos e propulsores sobre a economia, estimulando setores econômicos importantes para geração de trabalho e renda em municípios e microrregiões com baixa dinâmica econômica.

Nesse sentido, ainda que de forma agregada, Cardoso (2020), ao estimar os impactos do PBF sobre a economia, faz algumas constatações interessantes a partir de um método – Matriz de Contabilidade Social e Equilíbrio Geral Computável – que possibilitou o aprofundamento analítico a respeito da interdependência entre as estruturas de distribuição de renda, consumo e produção, ou seja, como as alterações na distribuição de renda afetam o consumo e a produção e vice-versa.

Nessa mesma linha, a autora constatou efeitos importantes do PBF sobre a base da pirâmide, mas também verificou seus efeitos indiretos captados pela renda apropriada por famílias das classes dos estratos de renda mais elevados, ou seja, o PBF beneficia a acumulação de renda e riqueza pelas classes de renda do topo da distribuição. A autora mostra que os multiplicadores do valor adicionado a cada expansão na demanda final têm capacidade de gerar relativamente mais remuneração do capital que do trabalho na maioria dos setores produtivos e, dessa forma, impacta as rendas superiores:

Em média, cada R\$ 1 de incremento na DF setorial aumenta a renda das famílias da extremidade superior da distribuição (H10) em R\$ 0,23, enquanto, para as que se situam na extremidade inferior (H1), o incremento é de R\$ 0,03. Desse modo, na ocasião de estímulos exógenos à DF, o impacto em termos de renda na extremidade superior da distribuição é, em média, 8,3 vezes maior do que na extremidade inferior. (CARDOSO, 2020, p. 118)

A focalização do PBF, a sua gestão descentralizada e unificada e o conjunto de condicionantes são características que o colocam em posição de destaque no cenário de políticas públicas para a redução da pobreza e desigualdade, conforme pesquisas de Soares *et al.* (2010), Barros, Carvalho e Franco (2007) e Hoffmann (2013). De acordo com o Ferreira de Souza (2019), o PBF saltou de cerca de 6 milhões de famílias em 2004 para 11 milhões em 2006, chegando a 13,8 milhões em 2011 e em 2019 a 14,3 milhões de famílias, segundo dados do Ministério da Cidadania, o que representa quase um quinto da população brasileira. Além da sua abrangência, o impacto do PBF no orçamento é modesto, com apenas 0,44% do PIB em 2016, segundo o Ferreira

de Souza (2019), o que corrobora com a necessidade de equilíbrio das contas públicas e com a possibilidade de implementar programas de proteção social fiscalmente neutros ou quase neutros.

É interessante analisar a trajetória do debate sobre a necessidade e a importância do PBF para a economia brasileira no contexto anterior à pandemia, em que prevalecia a narrativa de um Estado menor que precisaria ser reformado e, nesse bojo, diversos programas sociais sairiam aniquilados e reduzidos. Esse era o plano e contava com o apoio da população (ARRETCHE, 2018). No entanto, a crise sanitária e o agravamento da crise econômica e política no Brasil acabaram por mudar o curso do plano e o Estado teve que atuar, emitindo dívida e/ou moeda para, através de políticas de transferência de renda, garantia de crédito e taxas de juros negativas amenizar o impacto da pandemia por todo o país. Essa inversão do papel do Estado, “forçada” pela pandemia, trouxe à tona em todo o mundo alguns importantes debates, dentre eles dois indissociáveis: o papel do Estado na sociedade e a importância e necessidade das políticas de renda mínima.

A análise do comportamento do PBF em escalas menores é importante para trazer à tona o debate sobre as desigualdades e a superação da pobreza no interior do Brasil. É nessa linha e tendo como fundamento as especificidades do Tocantins, por ser um estado com baixa dinâmica econômica, baixo PIB e sua base econômica fundamentada em serviços relacionados à administração pública, ao comércio e agronegócio, com grande número de agricultores familiares, comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas e por possuir um elevado número de famílias vivendo com meio salário mínimo que foi analisada a evolução do PBF nas microrregiões tocantinenses.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para elaboração desta pesquisa foram utilizados dados relativos ao Programa Bolsa Família fornecidos pelo Ministério da Cidadania e disponibilizados pelo portal Vis Data. A espacialidade adotada foi a de microrregiões do estado do Tocantins e a temporalidade entre 2007 e 2017. As variáveis disponibilizadas pelos dados secundários do Governo foram: número de famílias beneficiadas, valor total repassado e valor médio repassado. A combinação entre esses indicadores e os dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitiu elaborar duas outras variáveis de interesse: proporção de beneficiários na população e o valor *per capita* dos repasses.

Para o denominador de população utilizou-se a população total: para 2007 foram utilizados dados da Contagem da População e para 2010 dados do Censo Demográfico. Os demais dados provêm da série de população estimada entre os anos de 2008 a 2009 e 2011 a 2019. Os dados que, geralmente, são disponibilizados com o recorte municipal foram agregados em microrregiões. Além disso, os valores disponibilizados a preços correntes foram convertidos em preços constantes de 2017. Para isso, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de dezembro de cada ano. Nessa primeira etapa, os dados foram manipulados em planilhas de Excel. Ademais foi elaborado um banco de indicadores socioeconômicos para os municípios do Tocantins a partir de dados do IBGE. As variáveis de interesse foram: PIB por município, também

deflacionados pelo INPC, e valores constantes de dezembro de 2007. Os passos seguintes da pesquisa consistiram na organização e análise dos dados de forma microrregionalizada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Algumas considerações sobre o estado do Tocantins se tornam pertinentes antes de entrar, de fato, nos resultados. Oliveira e Rodrigues (2019) demonstraram que todas as microrregiões do Tocantins possuem atividades produtivas em destaque, bem como núcleos urbanos que polarizaram uma parte do estado. Nesse cenário, a agropecuária, a administração pública, o comércio — e demais serviços em geral — são a base da sua economia. As atividades industriais, por outro lado, não possuem protagonismo na pauta estadual.

Em 2017, o Tocantins possuía apenas cinco municípios de grande porte: Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins, respectivamente. Dois deles estão localizados na microrregião de Porto Nacional (Palmas e Porto Nacional), Araguaína e Gurupi estão localizados em suas microrregiões homônimas e Paraíso do Tocantins pertence à microrregião de Rio Formoso. Como vem se debatendo sobre o urbano e rural no Brasil, os critérios que são adotados para a definição de urbano ressaltam as funções administrativas que são atribuídas aos aglomerados, sem levar em conta se estes possuem capacidade para assumir a posição de centralidade (WANDERLEY, 2009). A maioria das cidades que possuem população inferior a 50 mil habitantes não oferecem condições mínimas para assumir uma centralidade, sendo atribuída somente como espaços urbanos. Nesse sentido, essas cinco cidades — Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto nacional e Paraíso do Tocantins — possuem características de centralidade, concentrando serviços essenciais e dinamismo do ponto de vista econômico, enquanto boa parte dos demais municípios possuem características de marginalidade, com pouca infraestrutura urbana e sem uma dinâmica econômica local.

A capital do estado, Palmas, está localizada na microrregião de Porto Nacional. Ela é a última cidade planejada do século XX e a capital mais nova do país. Criada nos moldes de Brasília, apresenta áreas de preservação ambiental, praças, hospitais e escolas (OLIVEIRA, 2009). Como esperado, possui a dinâmica econômica mais complexa do Estado, sendo responsável por quase 25% do Produto Interno Bruto do Tocantins em 2017. Segundo o IBGE (2017), foi a capital com maior crescimento populacional entre 2016 e 2017, ganhando 17 mil novos habitantes no período.

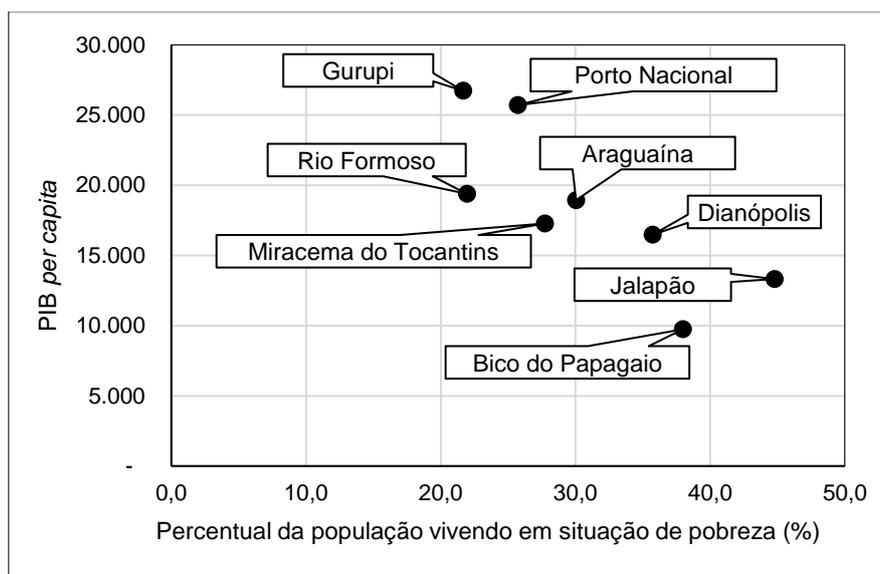
O Gráfico 01 apresenta um diagrama de dispersão entre o PIB *per capita* e o percentual de pobres<sup>1</sup> por microrregião para o ano de 2010. Conforme demonstrado no diagrama, as microrregiões de Gurupi e Porto Nacional combinam um alto PIB *per capita* e um baixo percentual de pobres em relação ao restante do Tocantins. As microrregiões de Rio Formoso, Araguaína, Miracema do Tocantins e Dianópolis encontram-se em uma situação média, segundo esses dois indicadores.

---

<sup>1</sup> Média do percentual da população vivendo em situação de pobreza dos municípios pertencentes a determinada região.

Por outro lado, Jalapão e Bico do Papagaio são as microrregiões mais vulneráveis em termos socioeconômicos: conjugam um baixo PIB *per capita* e um alto percentual de pobres. Segundo Oliveira e Strassburg (2014), tratam-se de regiões de extrema pobreza, com grandes desigualdades sociais e econômicas.

**Gráfico 01** - PIB *per capita* e percentual de pessoas em situação de pobreza nas Microrregiões do Tocantins – 2010



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).

A região do Jalapão, por muito tempo, foi reconhecida como território isolado, desprovido de infraestrutura e com uma alta vulnerabilidade social. A dinâmica das novas cidades criadas às margens da rodovia BR -153 no Tocantins ocasionou no processo de saída de parte da população regional para os novos centros urbanos criados, confirmando os argumentos de Wanderley (2009) acerca da centralidade.

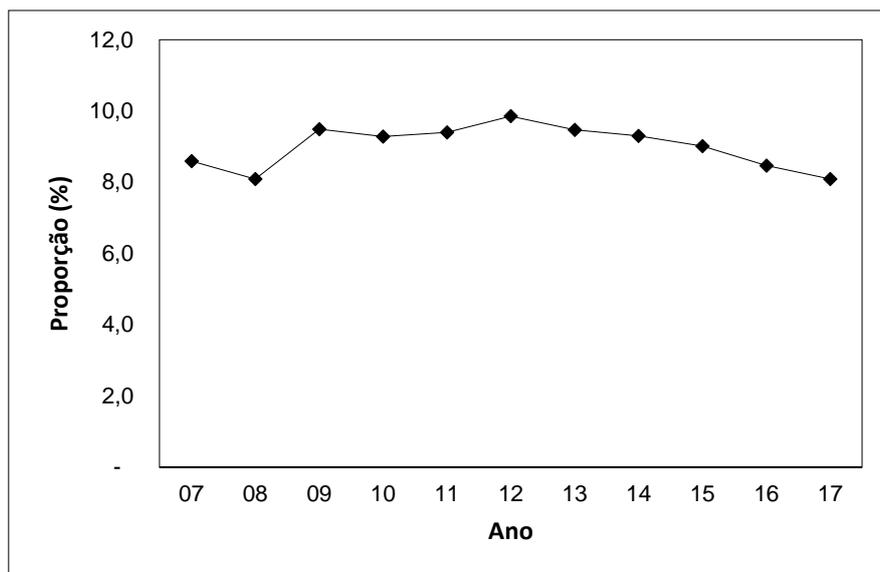
O estudo de Milagres (2020) sobre os dilemas do desenvolvimento regional no Jalapão postula que a questão do acesso é uma das principais vulnerabilidades que afeta e desencadeia em inúmeros problemas na dinâmica socioeconômica local. A dificuldade da população para se deslocar entre os municípios da região ou mesmo para os centros urbanos mais próximos é um problema que afeta diretamente a busca por melhorias nas estruturas coletivas, tais como: acesso à saúde, saneamento básico, educação, emprego, segurança pública entre outras. Para o autor, ainda que o Jalapão tenha obtido visibilidade e notoriedade na última década por conta da exploração turística, existe um problema crucial que é a grande desigualdade social e a pobreza.

Em relação aos repasses do Programa Bolsa Família (2007 e 2017), houve um aumento de 73,5% para o estado do Tocantins – as cifras foram de 156 milhões para 270 milhões de reais. O número de famílias atendidas cresceu 20% no período – eram 107 mil em 2007 e 125 mil em 2017. O valor médio dos repasses cresceu 48% no período, próximo à variação dos valores repassados

*per capita* dos repasses, que foi de 40% no período. Em 2007, cada família participante do Programa recebia, em média, R\$121,00 por mês. Em 2017, esse valor era de R\$179,00 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2007; 2017; IBGE, 2019).

O Gráfico 02 apresenta a proporção de beneficiários na população total do Tocantins entre os anos de 2007 e 2017.

**Gráfico 02** - Proporção de beneficiários na população do Tocantins entre 2007 e 2017 – em porcentagem por ano



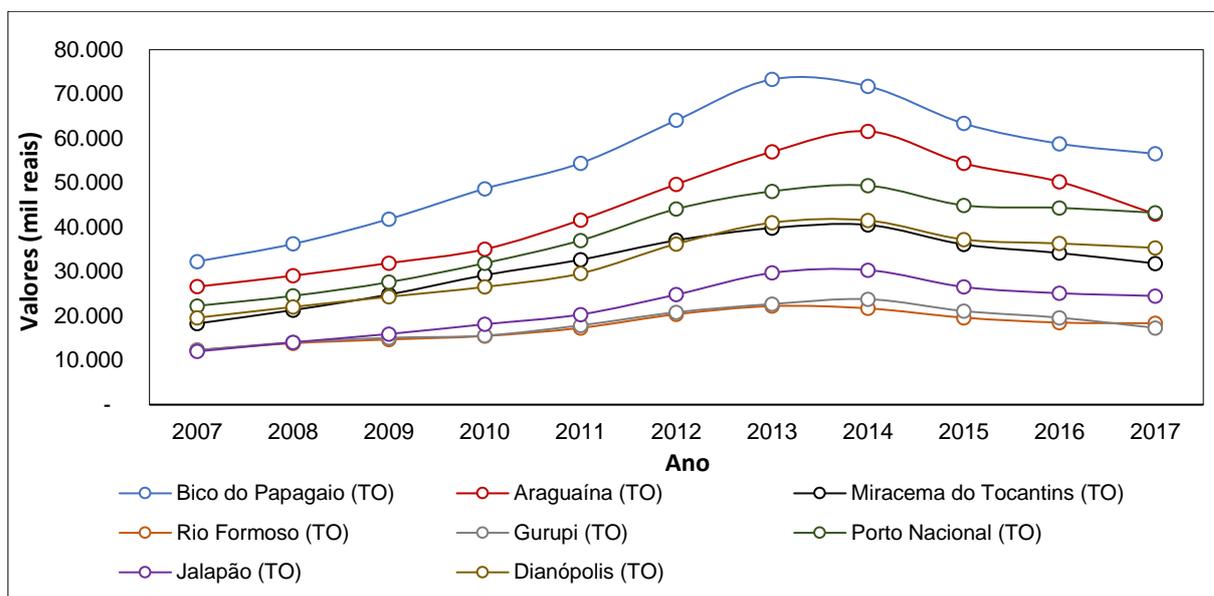
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Cidadania (2007 a 2017) e IBGE (2019).

A proporção de beneficiários (Gráfico 02) na população é a exceção: apresentou variação líquida negativa na comparação entre 2007 e 2017 (6%). A quantidade de pessoas que pertencem às famílias participantes do Programa em relação à população total do Tocantins cresceu mais de 17% entre 2008 e 2009 – saltou de 8,1% da população para 9,5%. Entre 2010 e 2015 a proporção de beneficiários no Tocantins oscilou entre 9% e 9,9%. Além disso, apresentou queda acumulada de 10,5% nos últimos anos de análise, retornando ao patamar de 2007.

Analisando a atuação do Programa por microrregião, o Bico do Papagaio foi a microrregião que mais recebeu recursos do Governo Federal relacionados ao Programa Bolsa Família (Gráfico 03). Foram mais de 600 milhões de reais em transferências de renda no período analisado. Em 2017, cerca de 25 mil famílias recebiam, em média, R\$190,00 por mês na microrregião. O valor médio repassado é 42% maior que em 2007 e o número de famílias atendidas cresceu 24% no período. Beraldo (2016) atribui a luta pela terra como um dos problemas que marcam essa região, não diferente do que ocorre na região do Jalapão. O Bico do Papagaio possui dificuldades quanto ao acesso ao ensino superior, falta escolas, hospitais e estradas que evidenciam a falta de oportunidades e diminui as chances de redução da pobreza. Ainda que duas grandes rodovias federais (Belém-Brasília e Transamazônica) possam reduzir as dificuldades, para a

autora a população rural tem que lidar com problemas para escoar a produção, para ter acesso à escola, saúde entre outros serviços, devido à ausência ou condições precárias das estradas vicinais nas comunidades rurais, principalmente nos assentamentos rurais. Tudo isso justifica porque a microrregião recebeu mais recursos via transferência de renda, dessa forma reduzindo a pobreza e aumentando a inclusão de famílias nas cestas básicas do consumo, gerando um círculo de pequeno consumo na região e, ao mesmo tempo, possibilitando a criação de novos empregos nos comércios locais. Segundo Myrdal (1957), a educação e a renda reduzem o círculo vicioso da pobreza.

**Gráfico 03 - Valor total dos repasses por ano (mil reais)**



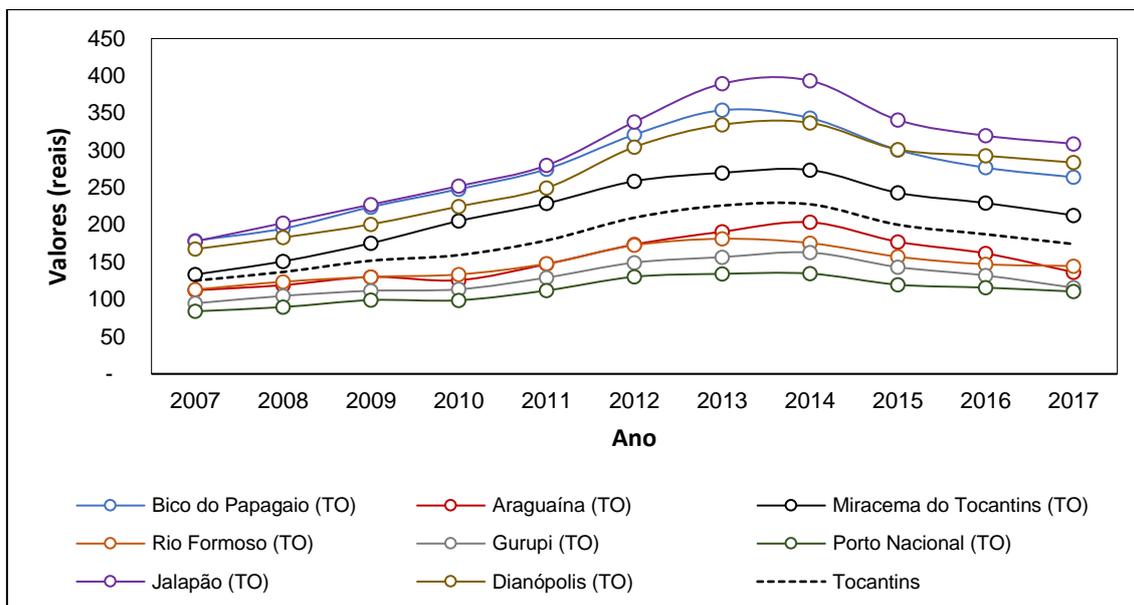
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Cidadania (2007 a 2017) e IBGE (2019).

Em Araguaína, segunda colocada no ranking de valores repassados no período, foram 480 milhões de reais repassados em dez anos. Em seguida, encontra-se a microrregião de Porto Nacional (417 milhões de reais). Em 2017, cerca de 22 mil famílias recebiam, em média, R\$161,00 por mês referentes ao benefício. Em Porto Nacional eram aproximadamente 15 mil famílias, com benefício médio de R\$166,00 mensais.

O valor total dos repasses cresceu em todas as microrregiões no período analisado. Destacam-se o Jalapão, em que o valor total dos repasses mais que dobrou (104%), Porto Nacional (94%) e Dianópolis (80%). Apesar dos ganhos líquidos, houve uma inflexão em 2014: a partir desse período, o valor dos repasses (total, médio e *per capita*) entra em declínio. Entre 2014 e 2017 as microrregiões apresentaram entre 15% (Dianópolis) e 30% (Araguaína) de queda acumulada no valor total dos repasses. Para o valor médio, o percentual de queda esteve entre 7% (Gurupi) e 15% (Porto Nacional).

Ao relativizar o valor total dos repasses pela população total da região (Gráfico 04), Jalapão aparece como a microrregião de maior valor repassado *per capita* durante todo o período. Além dela, Bico do Papagaio, Dianópolis e Miracema estão, respectivamente, acima da média estadual. As regiões com menor valor repassado *per capita* foram Porto Nacional e Gurupi.

**Gráfico 04** - Valor *per capita* dos repasses por ano (em reais)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Cidadania (2007 a 2017) e IBGE (2019).

Em termos percentuais, as microrregiões do Jalapão (74%), Dianópolis (69%) e Miracema do Tocantins (60%), respectivamente, foram as regiões que apresentaram maior crescimento no valor *per capita* dos repasses no período. Em 2017, o valor médio dos repasses no Jalapão, microrregião com o valor médio de repasse do Tocantins durante todo o período analisado, foi 41% maior que o valor médio dos repasses em Gurupi, região com o menor valor médio para esse ano. Além do Jalapão, Bico do Papagaio e Dianópolis estiveram acima da média estadual entre 2007 e 2017.

Na microrregião de Jalapão, as famílias beneficiadas receberam, em média, R\$1.568,00 dos repasses do PBF em 2007. Em 2017 esse valor foi 73% maior: R\$2.718,00 por família. Dessa forma, essa microrregião foi a que apresentou maior crescimento do valor média dos repasses no período analisado. Essa região se caracteriza por ser pouco habitada, possuindo baixa densidade demográfica, alta taxa de pobreza e população predominantemente rural, municípios pobres que não conseguem se manter dentro do dinamismo da base econômica, ou seja, são caracterizados como municípios retardatários, que estão fora da acessibilidade ao corredor de desenvolvimento, a BR-153 (Belém-Brasília), e também não são ligados aos corredores menores estaduais com infraestrutura adequada (OLIVEIRA, 2019).

Ao analisar o número absoluto de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, Bico do Papagaio e Araguaína aparecem como os primeiros colocados. Nas últimas posições estão Rio Formoso e Jalapão. Contudo, ao ponderar a quantidade de famílias beneficiadas pela população total da região, Jalapão representa uma das regiões com maior proporção de beneficiários. Em 2017 mais de 11% da população da região foi diretamente beneficiada pelo

Programa Bolsa Família (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2007; 2017; IBGE, 2019).

Além do Jalapão, as microrregiões do Bico do Papagaio, Dianópolis e Miracema do Tocantins estão bem acima da proporção de beneficiários do Tocantins. A região de Porto Nacional é a que apresenta o menor grau de beneficiários – entre 5% e 6% durante todo o período. A quantidade de famílias beneficiadas diminuiu entre 2007 e 2017 em duas microrregiões: Gurupi (9%) e Rio Formoso (5%). Apesar de as demais regiões ter apresentado ganhos líquidos na comparação entre 2007 e 2017, todas as regiões – com exceção de Porto Nacional – apresentaram valores acumulados negativos entre 2014 e 2017. Destacam-se Gurupi e Araguaína, com queda acumulada de 22% e 19%, respectivamente, nos últimos três anos da série histórica (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2007; 2017; IBGE, 2019).

Apesar de a variação no número de famílias beneficiadas ter sido positiva, a variação da proporção de beneficiários no Tocantins caiu entre 2007 e 2017. Gurupi foi a microrregião que apresentou a maior redução em termos percentuais. Em 2007 7,6% da população da região foi diretamente beneficiada pelo PBF, enquanto em 2017 foram 6,0%. Dianópolis, por sua vez, apresentou o maior crescimento na proporção de beneficiários no período: de 10,6% para 11,9% da população.

Em linhas gerais, tanto os valores repassados quanto a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família cresceram em todas as microrregiões do Tocantins entre 2007 e 2017. Contudo, os dados sugerem haver duas fases do programa no estado: a de expansão, entre 2007 e 2013, e a de contração a partir de 2014. As microrregiões de Jalapão, Bico do Papagaio e Dianópolis são as que possuem maior valor de repasses por habitante, bem como maior proporção de beneficiários na população.

Esse resultado vai ao encontro de outros indicadores socioeconômicos que indicam que essas microrregiões são as regiões mais vulneráveis no Tocantins, do ponto de vista social, econômico e humano. A microrregião do Bico do Papagaio, conforme Oliveira e Strassburg (2014), aponta que se trata de uma região de extrema pobreza, com grandes desigualdades socioeconômicas e que foi palco de enormes conflitos agrários nas décadas de 1970 e 1980. O estudo de Milagres (2020) sobre os dilemas do desenvolvimento regional no Jalapão postula que a questão do acesso é uma das principais vulnerabilidades que afeta e desencadeia em inúmeros problemas na dinâmica socioeconômica local. Segundo Oliveira (2012), a região sudoeste, onde está inserida a microrregião de Dianópolis, possui baixa interação econômica com o seu entorno, uma vez que possui entraves que levam a baixa produção agropecuária na região.

Dessa forma, as regiões que possuem maior presença do Programa Bolsa Família, seja por volume de repasses ou de beneficiários por habitante, são as regiões mais vulneráveis socioeconomicamente, marcadas por fortes desigualdades e baixa dinâmica econômica e interação com o seu entorno. Em contrapartida, as microrregiões de Porto Nacional e Gurupi são as que possuem menor presença do Bolsa Família no Tocantins, seja por volume de repasses ou de beneficiários por habitante. Porto Nacional é a microrregião com maior dinâmica econômica do estado, uma vez que conjuga espaço econômico agropecuário e é polo dos setores secundários e terciários no Tocantins, além

de possuir forte interação econômica com seu entorno (OLIVEIRA, 2012). A microrregião de Gurupi, por sua vez, possui forte presença da agropecuária e alta correlação produtiva com toda a região sudoeste do estado. Nesse sentido, as regiões que possuem menor presença do Programa Bolsa Família no Tocantins são as regiões com maior dinâmica econômica e forte interação com o seu entorno.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou apresentar uma análise exploratória para os dados do Programa Bolsa Família no Tocantins entre 2007 e 2017, desagregados a nível de microrregiões. Além das variáveis oficiais do Ministério da Cidadania, valor total repassado, valor médio dos repasses e quantidade de famílias beneficiadas, foram calculados também o valor *per capita* dos repasses e a proporção de beneficiários na população.

A análise exploratória dos dados permitiu concluir que existiram duas fases do PBF no Tocantins entre 2007 e 2017: a de expansão, entre 2007 e 2013, e a de contração a partir de 2014. Essa tendência foi observada tanto nas variáveis de valor dos repasses como nas variáveis de volume de beneficiários. Esses dados seguem a mesma trajetória apontada em outros estudos para a economia brasileira, sendo que o ano de 2014 marca o fim da trajetória de crescimento da economia, o início de uma crise econômica e política que não se recupera nos anos seguintes, pelo contrário, ela se agrava com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Dessa forma, o contexto de crise e mudanças na condução política podem ser fatos que ajudam a explicar a fase de contração a partir de 2014.

As microrregiões do Jalapão, Bico do Papagaio e Dianópolis destacam-se como as regiões que possuem maior volume de repasses e beneficiários por habitante. Essa conclusão corrobora com a situação de vulnerabilidade socioeconômica que apontam outros indicadores na região. Além disso, essas regiões foram selecionadas por programas de desenvolvimento territorial, tais como o Programa de Territórios Rurais e da Cidadania e o Programa de Desenvolvimento Regional e Integrado. Ambos selecionaram territórios considerados vulneráveis. Assim, o PBF tem elevado impacto nas microrregiões pouco dinâmicas do Tocantins, mas sozinho não é capaz de alterar o quadro de pobreza e desigualdade ao longo do tempo.

A melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é, sem dúvida, um fator importante e pode ser resultado das condicionalidades do Programa nessas microrregiões. Ademais, outros aspectos podem estar associados a manutenção do quadro de pobreza, tais como: baixa complexidade da economia, característica do emprego, baixa qualificação da mão de obra, acesso à internet, falta de infraestrutura e extinção de programas de geração de emprego, renda e inclusão produtiva. Esse conjunto de outros fatores são importantes para diminuir a grande volatilidade de renda dos mais pobres e, de certa forma, garantir sua permanência acima da linha da pobreza. Nesse sentido, O PBF é importante, mas não é suficiente para a superação da pobreza.

Se sobressaem, por outro lado, Porto Nacional e Gurupi como as microrregiões com o menor volume de repasses e beneficiários por habitante, indo ao encontro dos demais indicadores socioeconômicos dessas regiões.

Porto Nacional possui a maior dinâmica econômica do estado, pois congrega produção agropecuária com polarização do setor secundário e terciário do Tocantins. Gurupi, por sua vez, possui forte presença da agropecuária e alta correlação produtiva com toda a região sudoeste do estado. Em um estado com pouco protagonismo da indústria, essas atividades são destaque e responsáveis por uma maior complexidade econômica, geração de melhores ocupações e dispõem de maior disponibilidade de infraestrutura. Esse cenário mais dinâmico, ainda que de baixa complexidade, parece garantir uma permanência da população acima da extrema pobreza, o que pode explicar os menores volumes de repasse do PBF ao longo do tempo.

O presente estudo, contudo, não tem em seu escopo realizar afirmações sobre o fato de que uma microrregião ter maior ou menor presença no Programa Bolsa Família seja compreendido como uma situação boa ou ruim. Se, por um lado, um baixo volume de beneficiários do programa pode indicar uma menor incidência de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza na região, por outro lado pode indicar dificuldades da população que, de fato cumpre os requisitos de público-alvo, em acessar o PBF. Além disso, o PBF, embora tenha grande impacto na redução da pobreza extrema, não é suficiente para a superação da pobreza em um círculo vicioso, com efeitos propulsores sobre o desenvolvimento se não existirem programas complementares. Isso, de certa forma, pode ser sugerido por seu efeito em microrregiões mais ou menos dinâmicas no Estado.

Portanto, fazem-se necessários estudos que busquem compreender a dinâmica espacial e avaliar o impacto de programas sociais em escalas menores, como a regional, microrregional e municipal. Além disso, o Estado possui papel central na proposição e implantação não apenas nas políticas de renda mínima, mas na garantia de permanência daqueles que saem da pobreza e da extrema pobreza em estratos superiores de renda para que possam viver com dignidade. O Estado é o grande equilibrador e não o mercado, sem ele as vulnerabilidades se multiplicam e só com ele é possível revertê-las, com redução da pobreza e da desigualdade e o PBF contribui nesse sentido

## **REFERÊNCIAS**

ALESINA, A. et al. Political instability and economic growth. **Journal of Economic Growth**, v. 1, n. 2, p. 189–211, jun. 1996.

ALESINA, A.; PEROTTI, R. Income distribution, political instability, and investment. **European Economic Review**, v. 40, n. 6, p. 1203–1228, 1996.

ALESINA, A.; RODRIK, D. **Distributive Politics and Economic Growth**. Cambridge: [s.n.].

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: A inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, 5 fev. 2018.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Consulta de Indicadores. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 10 de abril 2020.

- BARRO, R. J. Inequality and Growth in a Panel of Countries\* Robert J. Barro, Harvard University June 1999. **Harvard University**, v. 5, n. June, p. 2–48, 2000.
- BARROS, R. P. DE et al. Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira. **Discussion Papers**, 2007.
- BERALDO, K. **Dimensões do Desenvolvimento Rural: Uma análise dos PROINFS no Território Bico do Papagaio do Tocantins**. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- CARDOSO, D. **Débora Freire Cardoso**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- DEATON, A. **A grande saída: saúde, riqueza e as origens da desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- ENGERMAN, S.; SOKOLOFF, K. **Factor Endowments, Inequality, and Paths of Development Among New World Economies** NBER Working Paper Series. Cambridge: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w9259>>.
- FERREIRA DE SOUZA, P. H. G. *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **IPEA**, n. 1415–4765, p. 46, 2019.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. D. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73, 31 maio 2005.
- HOFFMANN, R. Transferências de Renda e Desigualdade no Brasil (1995-2011). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**, n. March, p. 207–216, 2013.
- KALDOR, N. Alternative theories of distribution. **Review of Economic Studies**, v. 23, n. 2, p. 83–100, 1955.
- KALECKI, M. **Os Economistas Michal Kalecki**. São Paulo: Nova Cultura, 1977.
- KUZNETS, S. The american Economic Review. **Academy of Management Review**, v. 65, n. 1, p. 386–408, 1955.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de abril 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Brutos dos Municípios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 13 de abril 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional**, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 11 de abril 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: [s.n.].

LINDERT, K. et al. The Nuts and Bolts of Brazil's Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context. **Social Protection Discussion Paper Series**, n. 0709, p. 144, 2007.

MILAGRES, C. S. F. **O Sistema Socioecológico do Jalapão e os dilemas para o desenvolvimento regional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2020.

MILANOVIC, B. Global income inequality by the numbers : in history and now -- an overview--. **Global Policy**, v. 4, n. 2, p. 1–30, 2012.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

OLIVEIRA, J. M. M. As mudanças no perfil do eleitorado brasileiro. In. PEREIRA, Z. (Org.) **Ensaio contemporâneo sobre o Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2009.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento Regional e Territorial do Tocantins**. Universidade Federal do Tocantins / EDUFT - Palmas/TO, 2019.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. **O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins**. *Interações Campo Grande*, v. 20, n. 1, p. 3-20, Jan. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122019000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122019000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 de maio 2020.

OLIVEIRA, T.; RODRIGUES, W. O Desempenho das Regiões Econômicas do Tocantins em Tempos de Crise (2010-2015): Uma Análise Espacial. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, n. 2237–9029, p. 521–541, 2019.

OLIVEIRA, T. J. A. de. **Interações produtivas no estado do Tocantins: uma análise espacial**. 90f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2012.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RODRIG, D. **Trade, Social Insurance and the limits to Globalization**, 1

SOARES, S. *et al.* Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: IPEA, v. 2, 2010.

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 55, 30 nov. 2012.

TORSTEN, PERSSON & TABELLINI, G. American Economic Association Is Inequality Harmful for Growth ? Author ( s ): Torsten Persson and Guido Tabellini Source : The American Economic Review , Vol . 84 , No . 3 ( Jun . , 1994 ), pp . 600-621 Published

WANDERLEY, M. N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 17, p. 60-85, 2009.